

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED**  
**DIREÇÃO GERAL**

**SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DOS ESTUDANTES E DOCENTES DA UDESC E  
DECISÃO DA FAED**

**1. INTRODUÇÃO**

A UDESC possui princípios em sua Missão, Visão e Valores que são indissociáveis. Tem como foco, o comprometimento e a responsabilidade social não apenas com a produção, sistematização, socialização e aplicação de conhecimento produzido em diversos campos, mas que estes contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Neste sentido, suas ações estão pautadas nos valores de respeito à dignidade humana e seus direitos fundamentais. Se tais princípios forem efetivamente tomados como baliza para pensarmos as ações que devemos desenvolver no que diz respeito ao ensino na instituição, em face da suspensão das aulas no contexto da pandemia, devemos ter em perspectiva a questão da diversidade que constitui a UDESC, tanto de seus docentes, discentes e técnicos, quanto dos percursos curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação.

No que diz respeito aos/as docentes é preciso lembrar que nosso trabalho na instituição não se restringe apenas a ministrar aulas. Estamos envolvidos em atividades de pesquisa, extensão e administração que continuam a ser realizadas. Portanto, não estamos parados. Em relação à pesquisa, a FAED possui 19 grupos certificados pela instituição e cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 54 projetos em execução. A FAED possui 5 Programas de Pós-Graduação onde as atividades de orientação continuam a ser realizadas e as defesas continuam acontecendo de forma 100% remota, como instruído pela PROPPG. No que se refere à extensão, são 22 Programas, 02 Projetos e 01 Evento em execução. Além disso, as atividades de orientação de trabalhos na pós-graduação continuam a ser realizadas.

Em relação aos/as discentes é imperativo apontar que nos últimos anos a instituição tem assumido posicionamentos e encaminhamentos para a produção de ações de combate à desigualdade e a exclusão no ensino superior expressas nas políticas de ação afirmativa, nos projetos de pesquisa, extensão e ensino. A pergunta que precisamos fazer é: num contexto de pandemia vamos colaborar para a desigualdade e exclusão? Ou vamos continuar a abrir caminhos para a cidadania e ampliá-los contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária, equânime e solidária,

respeitadora das diversidades? Pensamos que o respeito começa pela nossa própria instituição e aquilo que balizou suas ações ao longo de sua história.

Precisamos encaminhar ações, tendo presente que a diversidade de pessoas implica pensar em diversidade dos impactos econômicos, sociais, políticos e psíquicos do isolamento social na vida destas de forma a não excluí-las do acesso ao ensino. Os próprios dados levantados pelo questionário aplicado são emblemáticos ao apresentar evidências da existência da desigualdade estrutural que antecede ao contexto em que estamos inseridos e se amplia nele. Na perspectiva da inclusão **é preciso garantir a igualdade de condições aos/as discentes** e não contribuir para o aumento da exclusão social, reforçando conhecimentos àqueles que já o possuem e negando àqueles que se encontram em condição desfavorável. Esse é o princípio de toda a política pública e do papel da nossa universidade. Portanto, o ensino remoto visto como alternativa para dar conta do calendário acadêmico não pode ser tomado como solução para o contexto no qual estamos vivendo porque resultará em aumentar os índices de evasão escolar, de acordo com o que sinalizam as respostas do questionário.

## 2. RESULTADOS DE ESTUDANTES

No que tange aos resultados levantados no questionário discente, gostaríamos de pontuar:

- a) Nos itens relativos à estrutura de acesso à banda larga, é forte o percentual de 32,88% de alunos (4.169) que não responderam. Do total dos respondentes, 54,88% dizem ter acesso a banda larga, 11,5% têm acesso à banda larga limitada e 1,24% não possui Internet e depende da UDESC. Se levarmos em conta a soma entre os não respondentes, os que tem acesso limitado e os que dependem da universidade, soma-se 45,12% - praticamente igualando-se ao total que diz ter acesso a banda larga;
- b) Esses dados acima são muito representativos, quando são cruzados com a faixa de renda das famílias. Estamos falando de renda familiar e não do aluno, senão vejamos, 78,11% representam os não respondentes e os com renda até R\$ 3.135,00; desses 17,01% tem até R\$1.045,00 de renda familiar por mês. Apenas 16,21% indicam ter renda familiar acima de R\$ 3.145,01;
- c) No âmbito das facilidades com as ferramentas de ensino remoto, 57,42%, – indicam ter razoável e muita facilidade com as ferramentas de ensino remoto, enquanto que 10,20% diz ter pouca facilidade com as ferramentas de ensino remoto. Porém, 32,38% não responderam;
- d) No âmbito da implantação do ensino remoto, apenas 30,71% afirma querer que seja adotado já; 13,32% diz querer implantar apenas quando tiver condições e 8,13% diz querer implantar apenas após o retorno presencial das atividades. É

expressivo o número de respondentes, 32,38%, que não querem a implantação das atividades remotas, 15,46% dizem não querer que seja implantada e retornar às atividades apenas com ensino presencial. No mais, 3966 (30,71%) alunos precisam da universidade caso implantem ensino remoto. E o número de não respondentes 4.169 (32,38%) é preocupante pois revela o não acesso à Internet e/ou a não representatividade das perguntas e respostas em relação a esta parcela;

- e) Dos que responderam sobre as condições emocionais e psicológicas para continuar o curso por meio remoto, 4.169 (32,38%) não respondeu; 9,1%, ou seja: 1.168 diz não ter condições emocionais e psicológicas para continuar com o ensino remoto; 23,9% diz ter condições emocionais e psicológicas, mas se dispõe a tentar e 34,7% diz ter condições emocionais e psicológicas para continuar o curso com ensino remoto;
- f) Esta dificuldade se comprova quando tentamos entrar em contato com os professores e percebemos que suas rotinas foram alteradas, incluindo atividades que antes da pandemia não eram de suas competências (trabalhos domésticos, filhos, pessoas dependentes em grupo de risco). Isso reduz o tempo disponível e limita seus horários. Isso pode ser aplicado também para os alunos;
- g) Como expressão mais significativa, 4.238 alunos (32,83%), afirma depender do transporte público “coletivo” para se deslocarem até a UDESC e 4169 alunos (32,38%) não responderam;
- h) Este fato impede que eles acessem locais com computadores. Na FAED, a grande maioria não teria como acessar. Foi sugerido também imprimir material para os alunos virem buscar ou estes lhes seriam enviados. Vale lembrar que estamos sem serviço de fotocópias no campus. Ademais, materiais impressos não substituem aula e nem o ensino. Se o aluno não tem condições de assistir uma aula síncrona com a participação de um professor, não é um material impresso que vai lhe garantir a aprendizagem;
- i) 32,36% dizem que depende do acesso a livros e outros materiais bibliográficos e depende do acesso físico à biblioteca; 9,12% não sabem informar e 32,38% não respondeu. Apenas 26,14% dos alunos diz ter acesso aos livros e outros materiais impressos e eletrônicos no local onde se encontram nesse período de pandemia. Ou seja: a maioria não possui acesso a biblioteca. Ademais, lembra-se que para acessar a biblioteca digital da UDESC e outras bases de dados/ repositórios científicos é preciso ter computador e acesso à Internet;
- j) 2.560 alunos não têm disponibilidade de tempo. Faltou ouvir 4.169 alunos que não responderam o questionário. Muitos alunos precisam cuidar dos pais e/ou filhos. Com a nova rotina de confinamento ficam difíceis as condições de concentração e dedicação ao ensino;
- k) Para a FAED, a tabela 11 evidencia a falta de equipamentos por parte dos discentes que usam como forma de acesso smartphones (26,85%), tablet (2,79%),

não possui equipamentos (2,42%), ou seja, dentre os que possuem equipamentos sabe-se que não são adequados à educação remota, pois não dispõem de tela em dimensão adequada para acesso (smartfones) e não se conhece por meio do questionário a potência dos equipamentos em questão para acesso a vídeos, textos em PDF, web aulas, videoconferências e demais materiais necessários à educação remota com o mínimo de qualidade. Nesse sentido há que se questionar se o direito à educação no que tange a efetividade da educação remota, organizada apressadamente, garantirá a efetividade do que será ofertado em termos de acesso, acompanhamento e qualidade e, sobretudo, à exclusão decorrente da ausência de políticas públicas de inclusão e permanência das/dos estudantes nos cursos de graduação a que estão vinculados.

- l) AULAS PRÁTICAS:** Existem 90 disciplinas que exigem exclusivamente aulas práticas presenciais e que não podem ser ministradas remotamente. Como ficariam estas disciplinas? Serão suspensas? Terão outro calendário?
- m) Entre algumas destas disciplinas que não podem ser ministradas remotamente estão os estágios que em sua maioria dependem da presença dos estudantes nas instituições. Outras são disciplinas práticas e pré-requisitos. Se não forem ministradas presencialmente inviabilizarão a matrícula de alunos em muitas disciplinas e inviabilizarão também o fato de termos mais de um calendário em andamento;
- n) Existem 162 disciplinas que comportam em parte o ensino remoto. E a outra parte será presencial. Estamos tratando de uma pandemia, não existe uma data de retorno. Estas disciplinas ficariam incompletas, sem parte do conteúdo;
- o)** Não podemos correr o risco de se ter 3 calendários na UDESC. I) para as disciplinas totalmente presenciais;; II) para as disciplinas com parte presencial e parte remota;; e III) para as disciplinas que forem dadas remotamente.

### 3. RESULTADOS DE DOCENTES

Em relação à análise feita aos questionários docentes destacamos os seguintes itens mais representativos:

- a) 0,69%, em geral dos docentes não responderam;
- b) 0,43% diz não possuir Internet e depende da UDESC ou de outra rede para ser conectar.
- c) 8,93% possui conexão com acesso limitado;
- d) 10,13% responde depender dos recursos tecnológicos da UDESC para as atividades.
- e) 14,76 dependem do acesso físico na UDESC para o trabalho;

- f) 11,07 dizem depender da UDESC para acesso aos softwares;
- g) Apenas 16,65% conhece bem o Moodle e usa regularmente; 16,65% conhece bem o Moodle e usa regularmente; 33,39% dizem conhecer “muito pouco ou nunca usei” e 29,27% “conhece parcialmente, fiz treinamento ou usa esporadicamente” o Moodle.
- h) 56,05% precisam de treinamento para uso do Moodle;
- i) 33,99% dizem que uma ou mais disciplinas demandam acesso físico aos laboratórios e biblioteca, “pois não dispomos de equipamentos ou softwares necessários para as atividades em nossas residências”;
- j) Quanto à adoção de ensino remoto, 39,48% diz que “deve ser implantado neste momento”; 15,97% dizem “quando tivermos acesso mínimo a instalações da UDESC”; 14,16% afirma que deve ser implantado apenas quando as aulas forma retomadas, como modalidade híbrida e 20,69% diz que não deve ser implantado. Retornar apenas com aula presencial. Existem 90 disciplinas práticas na graduação que não comportam acesso remoto;
- k) Temos um número elevado de professores substitutos que são pagos por hora-aula. Como ficaria a carga horária de aulas remotas e presenciais destes profissionais nessa nova realidade?
- l) Sobre adoção do ensino remoto: 9,7 e 14,16, num total de (24,3%) não são a favor do ensino remoto no período que estamos em casa. E ainda, 20,69% não responderam esta questão. Se somarmos todas estas porcentagens teríamos 44,99% de pessoas indicando não querer ou que não responderam neste momento do isolamento ensino remoto e/ou se não se sentiram contempladas com as perguntas e opções de resposta.

#### **4. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Ao analisar todos os pontos citados anteriormente, concluímos que:

- a) Um número considerável de alunos não respondeu à boa parte das perguntas como pode ser observado nos dados. Do total de estudantes, apenas (67,7%), responderam, com variações de 77,0% para o centro com maior percentual de respondentes e 49,4% para menor percentual de respondentes. Pergunta-se: onde estão os alunos - 32,3% não respondentes? Por que não responderam? Será que tiveram acesso ao questionário? Será que tiveram acesso ao questionário e por algum motivo não responderam? Que motivos são estes? Será que os equipamentos de que dispõem permitiram acesso aos questionários? Estas perguntas ficam para serem pensadas. Pode-se deduzir também, que parte dos estudantes que respondeu, preferiu não optar por

nenhuma das respostas, por não se sentirem representados nas opções apresentadas. Isso, pode indicar limitações do instrumento de sondagem o que é muito comum, quando da utilização de questionários;

- b) Os dados sobre faixa de renda, confirmam o percentual significativo de vulnerabilidade social em que muitos alunos vivem - (11,5 %) tem acesso à banda larga limitada. A realidade social dos alunos nos impacta e é com eles que devemos ter um compromisso de inclusão, sobretudo nesse momento de pandemia e grave crise social, pois poderão se evadir dos nossos cursos. No questionário não foi perguntado se alunos têm filhos, pais, se têm necessidades especiais. Muitos professores e alunos podem ter um computador em casa só, tendo que dividir com filhos, pais, maridos que podem estar fazendo atividades home office. A condição econômica atual pode ter afetado suas rendas o que afeta as famílias, a saúde das famílias e também as condições de acesso à internet;
- c) Dos alunos, apenas 57,42% tem acesso razoável/muita facilidade com ferramentas online;
- d) De qualquer forma, 12,74% (1,24% +11,50) são alunos que responderam que dependem da universidade (total de 1.645 alunos), sem contar os não respondentes (4.169 alunos). Um grande contingente para a Universidade prover acesso. Teremos recursos financeiros para ajudar esses alunos com por exemplo, tablets/computadores e acesso à internet caso seja implantado ensino remoto?;
- e) Dos alunos, apenas 30,71% diz que as atividades remotas devem ser implantadas já; 13,32% dizem que devem ser implantadas quando tiver condições e, **33,38% diz não querer que sejam implantadas atividades remotas**. Ou seja: há um percentual maior de alunos que dizem não querer a implantação de ensino remoto. Isso deve ser levado em conta nas decisões;
- f) Chama atenção a formação dos professores para uso da plataforma Moodle e também de alunos, em percentual mais baixo, é verdade;
- g) **Há um grupo considerável de professores (10,13%) diz depender dos recursos tecnológicos da UDESC para as atividades; (14,76%) diz depender do acesso físico na UDESC para o trabalho e (11,07%), diz depender da UDESC para acesso aos softwares, parte significativa do trabalho docente não poderá ser realizado fora da Instituição.**
- h) Ainda sobre os professores/as: 33,99% dizem que uma ou mais disciplinas demandam acesso físico aos laboratórios e biblioteca, “pois não dispomos de

equipamentos ou softwares necessários para as atividades em nossas residências”;

- i) O questionário não aborda os estágios supervisionados, nem os estágios docência da pós-graduação, que alguns programas são levados em consideração como obrigatórios para as defesas, os quais os quais não têm condições de serem realizados pelos cursos de graduação e pós-graduação sem que as instituições de ensino da Educação Básica, superior e outras estejam abertas. Desse modo, não há como viabilizar calendário para os cursos de Graduação das Licenciaturas em Educação, sem que se abordem os estágios, os quais não estão autorizados (**Decreto 562-17/04/2020** Governo do Estado de Santa Catarina) por configurarem-se como atividade presencial. Acrescenta-se a esse argumento o encaminhamento do Ministério da Educação (MEC) que versa sobre as diretrizes em tempos de pandemia, por meio da **portaria 356/2020**, a qual destaca que até mesmo nos cursos das áreas da saúde, “**não desobriga o aluno de cumprir carga horária prevista para estágio em outras áreas**, caso mencionadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e não relacionadas à Covid-19 (coronavírus), **que deverão ser cursadas normalmente pelo aluno de acordo com o projeto pedagógico do curso ao qual o aluno está matriculado e na forma estipulada pela instituição de ensino** (DOU nº 55-B, 20.03.2020, seção 1- Extra p.1)
- j) Destaca-se que no questionário, não foi levado em consideração se os professores e alunos têm filhos, pais, se têm necessidades especiais ou se moram com profissionais da saúde (porque nesse último caso, são transmissores potenciais e não podem sair de casa). Muitos professores e alunos podem ter um computador em casa só, tendo que dividir com filhos, pais, maridos que podem estar fazendo atividades home office. Além disso, precisam dar conta da rotina nova do confinamento, como acompanhar filhos e pais em suas necessidades. Muitos alunos, e não são poucos, não possuem computador em casa e nem acesso à Internet pois vivem em condições de vulnerabilidade econômica. Muitos estão sem receber salários ou perderão bolsas. Estão abalados emocionalmente. Corremos o risco de evasão e trancamentos, além de processos judiciais. Isso, sem contar que todos nós corremos o risco de ficarmos doentes. Somos uma universidade pública com realidade diferente das privadas. Não podemos correr o risco de excluir ninguém ao implantar ferramentas remotas para reposição antes do retorno presencial e do controle da pandemia;
- k) Acresça a isso o parecer aprovado pelo **Conselho Nacional de Educação – CNE** em 28/4/2020, divulgado pela agência Brasil, com o seguinte destaque: **“As atividades remotas não são obrigatórias. As redes podem optar pela reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência. Para isso, podem aproveitar, por exemplo, os sábados e o recesso escolar do meio**

**do ano.** Podem ainda optar por um modelo misto, com a ampliação da carga horária diária e a realização de atividades pedagógicas não presenciais, quando as aulas forem retomadas,” e que “na hora de definir o calendário, é preciso observar a realidade das redes de ensino e os limites de acesso dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes às diversas tecnologias disponíveis. É necessário ainda considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais”, diz o texto.

- l) **Em síntese:** diante de todo esse contexto de dificuldade dos estudantes e também de professores, agravada pela condição de isolamento, avalia-se que o retorno para todas as atividades de ensino, deva ser realizado apenas quando estas forem normalizadas, com novo calendário unificado para toda universidade. Após o retorno presencial, poderá ser utilizada também em algumas disciplinas a modalidade híbrida para a formação dos estudantes.

## **SIGNATÁRIOS/AS**

Direção de Ensino de Graduação

Direção de Pesquisa e Pós-Graduação

Direção de Extensão, Cultura e Comunidade

Direção de Administração

Chefia do Departamento de Geografia

Chefia do Departamento de História

Chefia do Departamento de Pedagogia

Chefia do Departamento de Biblioteconomia

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação - PPGInfo

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPGPlan

Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória

Florianópolis, 30 de abril de 2020.